

CPI para aumento populacional

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Novamente ontem a bancada do PDS no Senado surpreendeu o plenário, ao encaminhar à Mesa requerimento com 26 assinaturas de parlamentares do partido pedindo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar problemas ligados ao aumento populacional brasileiro.

A constituição foi automática, transformando-se em Resolução nº 1 do Senado, por contar com número suficiente de subscriptores (mais de um terço). Oportunamente, após a publicação da matéria no Diário do Congresso Nacional, serão feitas as designações de parlamentares que vão integrar a CPI.

Ao comentar a referência contida na mensagem presidencial ao Congresso sobre a necessidade de planejamento familiar no País, o vice-líder do governo no Senado, blônico Murilo Badaró, assegurou que "na raiz de nossos problemas econômicos está o crescimento demográfico descontrolado". O senador por Mi-

nas Gerais defendeu, inclusive, que o problema seja abordado com "maior audácia".

Este, em resumo, é o pensamento da maioria dos senadores governistas, que estão convencidos de que parte das dificuldades econômicas do País deve ser atribuída aos seus altos índices de crescimento populacional. Contudo, o primeiro secretário da Mesa do Senado, o oposicionista Henrique Santillo, teme que o planejamento familiar citado na mensagem presidencial "não passe de cortina de fumaça para esconder a falta de acesso de grande parte da população à riqueza nacional".

Santillo, encarregado de ler a mensagem presidencial, discordou do argumento apresentado pelos parlamentares governistas, afirmando que a falta de controle da natalidade não é responsável pelos transtornos econômicos que afigem o País. Para ele, esse problema deve ser tratado após o governo resolver a questão do acesso das camadas mais pobres à cultura e à riqueza, permitindo a emancipação nacional.

Já Murilo Badaró defendeu que o problema seja tratado "com mais coragem, através da redução dos incentivos à natalidade, como a eliminação do salário-maternidade, e a criação de um sistema de divulgação que permita orientar os casais diante do problema. "No seu entender não basta o governo considerar o problema apenas do ponto de vista do desenvolvimento urbano, "mas sim eliminar suas causas."

Por sua vez, o senador Aderbal Jurema, também vice-líder do governo, reconheceu que a população mais pobre precisa ser esclarecida sobre a "necessidade de não procriar irresponsavelmente".

O ministro Waldyr Arcoverde, da Saúde, também defendeu ontem um amplo debate, de todos os segmentos da sociedade, sobre o planejamento familiar, ou controle da natalidade, ressaltando que a melhor maneira de se promover a discussão e através do Congresso Nacional e que por essa razão o presidente Figueiredo chamou a atenção para o problema em sua mensagem enviada no dia 1º.